

## TÉCNICO JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



### SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.



### INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**



### TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifícil\\_jogofácil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

N/A

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

4º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

TJ/RR

**CARGO:**

Técnico Judiciário

**MODELO/BANCA:**

FGV

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

11/2024

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

10/2024

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## TJ RR – 4º SIMULADO – TÉCNICO JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)

### CONHECIMENTOS GERAIS

#### Língua Portuguesa

#### Andréa Cerqueira

##### Texto 1

1 Epicuro, refletindo sobre o mundo em que vivia, afirmou certa vez que “a justiça é a vingança do homem em sociedade, como a vingança é a justiça do homem em estado selvagem”. Na prática, o mestre do materialismo grego lança, nesta assertiva, uma das bases do nosso direito penal. Se não é mais admissível a ação humana própria para vingar um ato injurioso, toma esta ação do indivíduo a sociedade e, de forma racional, com o uso da força pelo estado, executa a vingança com base no seu aparato no normativo.

Mas seria tão somente isto a justiça? Um ato de vingança? Uma penalização? Uma condenação? Bacon reproduz Epicuro, ao afirmar que a “vingança é uma espécie de justiça selvagem”. Mas o que fazer com todos aqueles e aquelas que clamam por justiça indo além da mera vingança? Seriam estes iludidos pela sociedade?

Na verdade, a expressão latina *justitia* tem muito mais a ver com equidade do quem com vingança. O ato racional-legal executado pelo estado não é justiça, e sim o direito. Portanto, quando falamos em justiça, não estamos abordando o julgamento processado por juízes-funcionários, e sim o equilíbrio entre direitos e deveres. Justiça, em termos reais, é um conceito muito mais próximo de distribuição do que de vingança: distribuição do direito, dos bens, da renda, da igualdade, das opções de vida. Talvez por isto, o próprio Epicuro se manifeste de forma brilhante ao dizer que “a serenidade espiritual é o fruto máximo da justiça”. Portanto, ele mesmo tem uma leitura mais ampla sobre o seu significado do que a de uma simples vingança.

A confusão que muitos fazem entre justiça e direito é derivada da presença de um ato comum a ambas: o julgamento. Quem define o que é justiça é quem a julga? No sistema de direito racional-legal, isto é simples, cabe ao juiz aplicar as normas vigentes. Mas se estas normas servem exatamente para proteger um status de desigualdade e sejam maculadas por injustiças gritantes, como a escravidão, a proteção de privilégios, a opressão dos que não possuem direitos, racismos, sexismos, etc.? Nestes casos, o julgamento torna-se ampliado e cabe à própria sociedade julgar o fundamento do seu direito ou, nas

palavras do advogado e revolucionário francês Pierre Vergniaud, “quando a justiça fala, a humanidade deve ter a sua oportunidade”.

Desta forma, a justiça não é um atributo do direito, mas uma das suas condições possíveis, pois ela, justiça, é um conceito aberto, condicionado pelos anseios de equidade presentes na sociedade. Assim, não há justiça efetiva se milhões de indivíduos são excluídos do acesso aos benefícios produzidos pela humanidade e silenciar nestas situações, como já ressaltou Gandhi certa vez, é ser cúmplice de injusto.

In: <https://cartacampinas.com.br/2018/08/uma-cronica-sobre-a-justica/>. Acesso em: 11 out. 2024.

##### 1

No texto, o autor afirma que a justiça, em seu conceito mais amplo:

- (A) se restringe à aplicação do direito pelo estado, conforme normas vigentes.
- (B) é uma forma de equilíbrio entre direitos e deveres, orientada por princípios de equidade.
- (C) é necessariamente um ato de vingança, conforme defendido por Epicuro.
- (D) está intrinsecamente ligada à ideia de julgamento processado por juízes-funcionários.
- (E) tem por essência a proteção de privilégios e a manutenção de desigualdades.

##### 2

A relação entre justiça e vingança, conforme desenvolvida no texto, pode ser descrita como:

- (A) idêntica, já que a justiça é uma forma racionalizada de vingança aplicada pelo estado.
- (B) complementar, pois ambas se baseiam no princípio de penalização por atos considerados lesivos.
- (C) oposta, uma vez que a justiça, em seu sentido mais pleno, transcende a ideia de vingança, promovendo equidade.
- (D) irrelevante, já que o conceito de justiça, ao contrário da vingança, não depende da ação humana.
- (E) subordinada, uma vez que a vingança é o princípio que norteia as ações da justiça social.

##### 3

De acordo com o texto, a justiça no sistema de direito racional-legal:

- (A) é definida exclusivamente pelo julgamento dos juízes conforme as normas vigentes, sendo inquestionável.
- (B) é um conceito fechado e perfeitamente definido, uma vez que se baseia nas normas de um estado de direito.
- (C) pode reproduzir injustiças estruturais, como a proteção de privilégios e a exclusão de certos grupos.
- (D) é a manifestação plena do equilíbrio social, representando a equidade e a distribuição justa de direitos e bens.
- (E) representa o ponto máximo de realização da serenidade espiritual, conforme Epicuro propõe.

4

Com base no excerto a seguir:

*"Na verdade, a expressão latina **justitia** tem muito mais a ver com equidade do que com vingança."*

Analise a organização sintática das frases e escolha a alternativa correta.

- (A) A frase contém duas orações coordenadas, ambas ligadas por uma conjunção subordinativa.
- (B) O sujeito da oração "tem muito mais a ver com equidade" é o substantivo "**justitia**", e o termo "do que com vingança" faz parte de uma estrutura comparativa.
- (C) A expressão "tem muito mais a ver" funciona como predicado verbal com objeto direto.
- (D) A oração "a expressão latina **justitia**" é a subordinada e está subordinada à oração principal "tem muito mais a ver com equidade".
- (E) A frase contém uma oração principal e uma oração subordinada reduzida de infinitivo, com "vingança" como sujeito da oração reduzida.

5

Leia a frase a seguir e responda à questão:

*"A justiça, um conceito amplamente discutido pelos filósofos ao longo da história, não pode ser reduzida, como muitos acreditam, a uma simples questão de vingança ou de retribuição; ela envolve, acima de tudo, equidade e distribuição de direitos."*

Com relação ao uso da pontuação na frase acima, analise as afirmações e escolha a alternativa correta.

- (A) O uso da vírgula após "justiça" é incorreto, pois separa indevidamente o sujeito do predicado.
- (B) O ponto e vírgula no final da frase poderia ser substituído por uma vírgula, sem prejuízo à clareza do enunciado.
- (C) As vírgulas que isolam a expressão "um conceito amplamente discutido pelos filósofos ao longo da história" indicam uma explicação acessória e poderiam ser removidas sem alterar a correção gramatical da frase.
- (D) A vírgula após "acreditam" está mal-empregada, pois deveria ser substituída por um ponto final, dado que indica o fim de uma oração completa.
- (E) A pontuação da frase está correta, pois as vírgulas isolam adequadamente o aposto explicativo, e o ponto e vírgula é usado para separar duas orações coordenadas de caráter conclusivo, evitando a sobrecarga de uma única frase longa.

6

Leia o trecho abaixo e analise a classe de palavras dos termos destacados:

*"A justiça, **como** defendem muitos teóricos, **é** um conceito em constante transformação, e **seu** verdadeiro significado **depende** das interpretações feitas por cada sociedade."*

Com base nesse trecho, escolha a alternativa correta sobre as classes gramaticais dos termos destacados.

- (A) O termo "como" é uma conjunção subordinativa que introduz uma oração adjetiva.
- (B) O termo "é" é um verbo transitivo direto, pois se relaciona diretamente com o objeto "um conceito".
- (C) O termo "seu" é um pronome possessivo que faz referência ao substantivo "conceito".
- (D) O termo "depende" é um verbo intransitivo, pois não requer complemento verbal para completar seu sentido.
- (E) O termo "como" atua como preposição, indicando causa na frase.

7

Analise o trecho a seguir, extraído de um texto filosófico:

*"A vingança, **que** muitos consideram uma resposta natural a ofensas, **pode** ser, na verdade, uma distorção da justiça, **uma** manifestação que desvia do equilíbrio social e reforça a desigualdade."*

Com base nesse trecho, avalie a função e classe dos termos destacados.

- (A) O termo "que" é conjunção integrante e liga a oração principal à oração subordinada.
- (B) O termo "pode" é um verbo auxiliar que confere sentido de possibilidade ao verbo principal "ser".
- (C) O termo "uma" é pronome indefinido e serve para caracterizar o substantivo a que antecede, dando-lhe um sentido genérico.
- (D) O termo "pode" é um verbo principal transitivo direto que necessita de um objeto para completar seu sentido.
- (E) O termo "uma" é um pronome indefinido que dá ideia de quantidade indeterminada para o substantivo "manifestação".

8

Leia a frase abaixo e responda à questão sobre a análise das classes de palavras e suas funções sintáticas:

"A ideia de justiça **não** deve ser confundida com a simples aplicação de leis, **pois** estas podem refletir um sistema de valores que, por vezes, perpetua desigualdades."

Com base na frase, analise as funções sintáticas e classes gramaticais dos termos destacados.

- (A) O termo "não" é um advérbio de modo que modifica o verbo "deve".
- (B) O termo "pois" é uma conjunção coordenativa explicativa que introduz uma justificativa para a afirmação anterior.
- (C) O termo "estas" é um pronome demonstrativo que faz referência ao substantivo "leis" e indica proximidade espacial.
- (D) O termo "não" funciona como uma conjunção adversativa, que estabelece oposição à ideia de "justiça".
- (E) O termo "pois" é um advérbio de causa, usado para introduzir a razão da afirmação anterior.

9

Analise o uso dos verbos no trecho abaixo e responda à questão:

"A justiça **deve ser** compreendida em sua complexidade, **pois** a sua essência não **reside** apenas nas normas jurídicas. **É preciso** que o conceito de justiça **se amplie** para abarcar a equidade e a inclusão social."

Com base no trecho, escolha a alternativa correta sobre os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais dos verbos destacados.

- (A) O verbo "deve ser" é uma locução verbal composta por um verbo auxiliar modal e um verbo principal, transmitindo a ideia de possibilidade.
- (B) O verbo "reside" é transitivo direto e necessita de um complemento para completar o seu sentido.
- (C) A locução verbal "é preciso" tem como sujeito uma oração subordinada.
- (D) O verbo "se amplie" está no subjuntivo, expressando uma ação cuja ocorrência é considerada certa no futuro, funcionando como uma afirmação categórica.
- (E) O verbo "reside" é transitivo indireto e estabelece uma relação direta de localização espacial entre "justiça" e "normas jurídicas".

10

Leia a frase abaixo e analise os processos de formação de palavras utilizados:

"A justiça deve ser compreendida em sua complexidade, e não pode ser reduzida a um **juízo** meramente punitivo."

Com base na frase, analise as alternativas sobre os processos de formação de palavras destacados.

- (A) A palavra "juízo" é formada por derivação sufixal, a partir do verbo "julgar", acrescido do sufixo "-mento", que indica o resultado da ação.
- (B) A palavra "compreendida" é um exemplo de formação por composição, sendo composta por duas palavras que expressam um conceito único.
- (C) A palavra "complexidade" é um exemplo de formação por aglutinação, unindo duas raízes que, juntas, formam um novo significado.
- (D) A palavra "punitivo" é formada por derivação prefixal, utilizando o prefixo "pu-" que altera o sentido original do verbo "punir".
- (E) A palavra "reduzida" é um exemplo de formação por derivação parassintética, pois é formada pela junção de um prefixo e um sufixo ao mesmo tempo.

11

Reescrevendo a seguinte passagem do texto, mantendo o mesmo sentido, mas utilizando diferentes palavras e estruturas sintáticas:

"Na verdade, a expressão latina *justitia* tem muito mais a ver com equidade do que com vingança. O ato racional-legal executado pelo estado não é justiça, e sim o direito. Portanto, quando falamos em justiça, não estamos abordando o julgamento processado por juízes-funcionários, e sim o equilíbrio entre direitos e deveres."

Assinale a opção que apresenta uma reescrita adequada da passagem.

- (A) De fato, a expressão em latim "justitia" está muito mais relacionada à equidade do que à vingança. O que o Estado executa de forma racional e legal não é justiça, mas sim direito. Assim, ao falarmos sobre justiça, não nos referimos ao julgamento feito por juízes, mas ao equilíbrio entre direitos e obrigações.
- (B) A expressão latina "justitia" realmente se associa mais à ideia de equidade do que à de vingança. O que o Estado faz, dentro de uma lógica racional e legal, não é considerado justiça, mas sim o exercício do direito. Por conseguinte, ao discutirmos justiça, não tratamos do julgamento realizado por juízes e servidores, mas sim do equilíbrio entre direitos e responsabilidades.
- (C) De fato, a expressão "justitia", em latim, está mais ligada à equidade do que à vingança. O ato que o Estado pratica de maneira racional e legal não é justiça, mas sim direito. Assim, quando discutimos a justiça, não estamos tratando dos julgamentos realizados por juízes e funcionários, mas do equilíbrio entre direitos e deveres.

- (D) Na realidade, o termo latino "justitia" está mais relacionado à noção de equidade do que à vingança. O que o Estado pratica sob uma lógica racional e legal não se define como justiça, mas como direito. Portanto, ao nos referirmos à justiça, não falamos dos julgamentos realizados por juízes e seus assistentes, mas do balanceamento entre direitos e obrigações.
- (E) Na verdade, o termo "justitia", que vem do latim, relaciona-se muito mais à equidade do que à vingança. O ato racional-legal realizado pelo Estado não representa justiça, mas sim o direito. Assim, ao discutirmos a justiça, não estamos tratando dos julgamentos que juízes e funcionários realizam, mas sim do equilíbrio entre direitos e deveres.

**12**

Considere a seguinte passagem do texto:

*"A confusão que muitos fazem entre justiça e direito é derivada da presença de um ato comum a ambas: o julgamento. Quem define o que é justiça é quem a julga? No sistema de direito racional-legal, isto é simples, cabe ao juiz aplicar as normas vigentes."*

Assinale a opção que apresenta uma reescrita adequada da passagem, mantendo o mesmo sentido, mas utilizando diferentes palavras e estruturas sintáticas.

- (A) A confusão existente entre justiça e direito resulta da presença de um ato que é comum a ambas as noções: o julgamento. Será que quem julga é quem determina o que é justiça? No âmbito do direito racional-legal, essa questão é clara, pois é responsabilidade do juiz aplicar as normas em vigor.
- (B) A falta de clareza que muitos têm entre justiça e direito provém da existência de um ato que é comum a ambos: o julgamento. Será que a definição de justiça é atribuída àquele que a julga? No contexto do sistema de direito racional-legal, isso é fácil de entender, pois o juiz é quem deve aplicar as normas que estão em vigor.
- (C) A confusão que muitas pessoas têm entre justiça e direito se origina do fato de que há um ato comum a ambas: o julgamento. Quem estabelece o que é justiça é quem a avalia? Dentro do sistema de direito racional-legal, a resposta é simples, já que ao juiz cabe aplicar as normas que estão vigentes.
- (D) A ambiguidade que muitos criam entre justiça e direito decorre do fato de que ambas compartilham um ato: o julgamento. Quem é responsável por definir o que é justiça, é aquele que a julga? No sistema de direito racional-legal, isso é bastante claro, já que é função do juiz aplicar as normas em vigor.
- (E) A confusão que muitos têm sobre justiça e direito é resultado do ato que é comum a ambos: o julgamento. Quem tem a responsabilidade de definir o que é justiça é aquele que a julga. No sistema de direito racional-legal, essa questão é bem simples, pois cabe ao juiz aplicar as normas que estão em vigor.

**13**

Analise a seguinte passagem do texto:

*"A confusão que muitos fazem entre justiça e direito é derivada da presença de um ato comum a ambas: o julgamento. Quem define o que é justiça é quem a julga? No sistema de direito racional-legal, isto é simples, cabe ao juiz aplicar as normas vigentes."*

Com base na passagem acima, assinale a alternativa que apresenta corretamente o modo de organização discursiva predominante e a função da linguagem utilizada.

- (A) Predomina a descrição, pois a passagem apresenta uma explicação detalhada sobre a confusão entre justiça e direito; a função da linguagem é referencial, já que busca transmitir uma informação objetiva.
- (B) Predomina a argumentação, uma vez que o autor defende a ideia de que o julgamento é um ato comum entre justiça e direito; a função da linguagem é conativa, já que o autor tenta persuadir o leitor a refletir sobre a temática.
- (C) Predomina a exposição, pois o autor apresenta uma análise lógica da confusão entre justiça e direito; a função da linguagem é expressiva, uma vez que o autor manifesta suas emoções sobre o tema.
- (D) Predomina a narração, pois o autor relata um acontecimento sobre a confusão entre justiça e direito; a função da linguagem é metalinguística, pois o autor explica os termos utilizados.
- (E) Predomina a argumentação, pois o autor apresenta razões que sustentam a diferença entre justiça e direito; a função da linguagem é referencial, uma vez que o autor busca informar o leitor sobre a temática.

**14**

Analise a seguinte passagem do texto:

*"Na verdade, a expressão latina justitia tem muito mais a ver com equidade do que com vingança. O ato racional-legal executado pelo estado não é justiça, e sim o direito. Portanto, quando falamos em justiça, não estamos abordando o julgamento processado por juízes-funcionários, e sim o equilíbrio entre direitos e deveres."*

Com base na passagem acima, assinale a alternativa que apresenta corretamente a marca de coesão e a relação de coerência entre as ideias.

- (A) A expressão "Portanto" indica uma relação de consequência, conectando a ideia de que o ato racional-legal não é justiça à noção de que se fala em justiça como equilíbrio entre direitos e deveres, mantendo a coerência na argumentação.
- (B) A palavra "então" poderia substituir "Portanto" sem prejudicar a coesão textual, uma vez que ambas estabelecem uma relação de explicação entre as ideias apresentadas.

- (C) A expressão "não estamos abordando" não contribui para a coesão, pois a negação não estabelece uma conexão clara entre o que é considerado justiça e o que não é, prejudicando a compreensão do texto.
- (D) O termo "justiça" é repetido sem necessidade, gerando uma falta de coerência, pois a repetição de termos idênticos pode levar à confusão em relação ao que o autor deseja expressar.
- (E) A expressão "muito mais a ver com" é uma marca de coesão que cria uma relação de comparação, porém não é adequada ao contexto, pois não se estabelece um parâmetro claro para a comparação.

**15**

Analise a seguinte passagem do texto:

*"Mas seria tão somente isto a justiça? Um ato de vingança? Uma penalização? Uma condenação? Bacon reproduz Epicuro, ao afirmar que a 'vingança é uma espécie de justiça selvagem'. Mas o que fazer com todos aqueles e aquelas que clamam por justiça indo além da mera vingança? Seriam estes iludidos pela sociedade?"*

Com base na passagem acima, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma marca de coesão e sua função para a coerência do texto.

- (A) As perguntas retóricas "Mas seria tão somente isto a justiça?" e "Um ato de vingança?" estabelecem uma coesão eficaz ao introduzir uma dúvida que provoca a reflexão do leitor sobre o conceito de justiça, contribuindo para a coerência argumentativa.
- (B) A expressão "Bacon reproduz Epicuro" indica uma transição clara entre ideias, porém não mantém a coesão, uma vez que a conexão entre os pensamentos não é suficientemente explícita, dificultando a compreensão do texto.
- (C) O uso repetido de "justiça" em diferentes contextos enfraquece a coesão do texto, pois pode causar confusão sobre o que está sendo argumentado, prejudicando a clareza das ideias apresentadas.
- (D) A expressão "mas" ao longo do trecho não contribui para a coesão, pois introduz uma contradição que desarticula a sequência de ideias, tornando a argumentação incoerente.
- (E) A repetição da estrutura "seriam estes iludidos pela sociedade?" serve para criar uma ênfase, mas não é uma marca de coesão, pois não estabelece uma ligação clara entre as ideias anteriores e essa pergunta final.

**Texto 2**

Nas grandes e pequenas cidades do país  
Ecoa nas ruas a injustiça irracional  
Esquecidas histórias com vidas silenciadas,  
Essa gente suplica por igualdade social.

Calejadas mãos dos que trabalham sem parar  
E poucos desfrutando de muito luxo e poder,  
Suor confundido com lágrimas a transbordar  
Na luta diária pelo pão para sobreviver.

Onde estão as vozes dos que prometem, falaciosos?  
Não veem as feridas abertas, doloridas, sangrando?  
É preciso quebrar, urgente, as amálgamas dos gananciosos.

Que tenhamos, conscientes, a obrigação e premissa  
De fazer da poesia um instrumento de protesto  
Abrindo os olhos do mundo para dantesca injustiça.

Virginia Assunção. In: <https://jornalrol.com.br/?p=57893>.  
Acesso em: 13 out. 2024.

**16**

O poema apresentado aborda a desigualdade social e a luta por justiça. Considerando as características dos textos literários e não literários, bem como as funções da linguagem, assinale a afirmação que reflete corretamente a diferença entre texto literário e texto não literário, além de identificar a função da linguagem predominante no poema.

- (A) O poema utiliza uma linguagem técnica e objetiva, típica de textos não literários, visando informar o leitor sobre a realidade social.
- (B) O poema, por meio de suas metáforas e apelos emocionais, utiliza a função poética da linguagem, característica dos textos literários, para provocar reflexão sobre a injustiça social.
- (C) O poema apresenta informações concretas e diretas sobre a desigualdade social, caracterizando-se como um texto não literário que visa persuadir o leitor.
- (D) O poema é uma obra puramente estética e não busca provocar nenhuma reação crítica, sendo, portanto, um exemplo de texto não literário.
- (E) O poema utiliza uma linguagem simples e descritiva, típica de textos não literários, sem a intenção de evocar emoções ou reflexões.



**17**

Analise os versos do poema a seguir.

- 1) "Calejadas mãos dos que trabalham sem parar"
- 2) "Por igualdade social, essa gente suplica."
- 3) "Urgente, é preciso quebrar as amálgamas dos gananciosos."
- 4) "A injustiça irracional ecoa nas ruas."

- (A) O verso 1 está na ordem direta; a pontuação está correta.
- (B) O verso 2 está na ordem inversa; a vírgula antes de 'essa gente' separa a oração adverbial da oração principal.
- (C) O verso 3 está na ordem direta; a pontuação está correta.
- (D) O verso 4 está na ordem inversa; a pontuação está correta.
- (E) O verso 1 está na ordem inversa; a pontuação está correta.

**18**

Considerando os textos 1 e 2 apresentados, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos os textos tratam exclusivamente da ideia de justiça como uma forma de vingança, destacando a legitimidade do sistema penal atual.
- (B) Os textos se contradizem, uma vez que o primeiro defende a ideia de que a justiça deve ser sempre executada pelo estado, enquanto o segundo sugere que a justiça pode ser alcançada somente através da revolução.
- (C) O poema apresenta uma visão otimista sobre a justiça social, enquanto o primeiro texto aborda um panorama pessimista sobre o estado atual do direito.
- (D) Ambos os textos utilizam a intertextualidade para reforçar a ideia de que a vingança é uma forma válida de se buscar justiça em qualquer contexto.
- (E) O primeiro texto explora a relação entre justiça e direito, sugerindo que a verdadeira justiça vai além da mera punição, enquanto o segundo texto denuncia as injustiças sociais, refletindo uma crítica à desigualdade.

**Texto 3****Três assaltos em um mês**

1 Pois é, tem gente que acha que a violência está diminuindo. Aliás, algumas estatísticas recentemente publicadas mostram isso, mas entre o que elas mostram e o que a população sente vai um espaço enorme  
5 e, lamentavelmente, no sentido negativo da sensação. A população não se sente mais segura e muito menos acha que as coisas estão melhorando.

Pelo contrário, não tem dia que as televisões não mostrem a ação dos bandidos assaltando de moto e, o  
10 que é pior, atirando e matando sem a menor compaixão, por pura maldade e com absoluto desprezo pela vida humana.

Tenho um amigo que levou um tiro no peito e não morreu porque foi rapidamente atendido, depois de

15 entregar o que o ladrão pediu, enquanto abastecia seu carro. Sua sorte é que outro cliente do posto o colocou no carro e em poucos minutos chegou no hospital.

As autoridades dizem que o índice de homicídios está em queda, mas, ainda que seja verdade, estamos  
20 algumas vezes acima da média mundial e o roubo de celulares segue impávido, na casa de dois por minuto.

Para quem acha que estou exagerando, meu sócio passou por três experiências em um único mês. Em duas, a vítima foi sua mulher. Nas duas teve o vidro do carro quebrado e o celular roubado. Nada a fazer  
25 a não ser contabilizar o prejuízo duplo, o celular e o vidro, em pouco mais de duas semanas.

E para quem acha que já está bom, que o exemplo mostra a realidade paulistana, no sábado passado meu sócio foi com a filha e sobrinhos passear na  
30 galeria do Rock e, quando saiu, entrando no táxi que os levaria para casa, sentiu um forte tranco no pescoço e, ainda desequilibrado, quando percebeu o que tinha acontecido, viu o ladrão fugindo com a corrente que ele herdou de sua mãe. E tem quem ache que  
35 está tudo bem.

*In: <https://cronicasdacidade.com.br/da-cidade/2024/08/02/tres-assaltos-em-um-mes/>. Acesso em: 13 out. 2024.*

**19**

Com base no texto 3, é correto afirmar que:

- (A) o autor reconhece que as estatísticas indicam uma redução na violência, o que é corroborado pela percepção da população.
- (B) a situação descrita no texto demonstra que os índices de violência, como homicídios e roubos, estão em queda constante, e o autor utiliza dados oficiais para tranquilizar o leitor sobre a melhora no cenário de segurança pública.
- (C) o autor demonstra ceticismo em relação à queda nos índices de homicídios, pois ele enfatiza que os dados estatísticos são infalíveis e que a sensação de insegurança da população se deve à mídia sensacionalista.
- (D) embora as estatísticas apontem para uma diminuição da violência, o autor discorda dessas conclusões, enfatizando que a sensação de insegurança entre as pessoas é crescente e justificada por experiências pessoais e exemplos concretos.
- (E) o autor relata experiências pessoais de conhecidos que contradizem a noção de aumento da violência, sugerindo que as percepções populares são amplamente exageradas e influenciadas por casos isolados de criminalidade.

**20**

"A população não se sente mais segura e, pelo contrário, as autoridades dizem que o índice de homicídios está em queda. Para quem acha que estou exagerando, meu sócio passou por três experiências em um único mês." Considerando as palavras destacadas nas frases, assinale a alternativa que contém sinônimos, antônimos, homônimos ou parônimos corretamente identificados:

- 1) "A população não se sente mais **segura**..."
  - 2) "...as autoridades dizem que o índice de homicídios está em **queda**."
  - 3) "...meu sócio passou por três **experiências** em um único mês."
- (A) **Segura** (sinônimo de protegida) e **queda** (antônimo de aumento).
- (B) **Experiências** (sinônimo de vivências) e **queda** (homônimo de queda de energia).
- (C) **Segura** (antônimo de insegura) e **experiências** (parônimo de experiências).
- (D) **Queda** (sinônimo de descida) e **segura** (homônimo de segura, como em "garantia").
- (E) **Experiências** (antônimo de aprendizagens) e **segura** (sinônimo de garantida).

**21**

Leia o trecho abaixo e analise a classe de palavras dos termos destacados:

"As autoridades dizem que o **índice** de homicídios está em queda, **mas**, **ainda** que seja verdade, estamos algumas vezes **acima** da média mundial e o roubo de celulares segue **impávido**, na casa de dois por minuto."

Com base nesse trecho, escolha a alternativa correta sobre as classes gramaticais dos termos destacados.

- (A) O termo "**índice**" é um pronome indefinido que se refere à quantidade de homicídios.
- (B) O termo "**impávido**" é um advérbio que caracteriza a maneira como o roubo de celulares ocorre.
- (C) O termo "**mas**" é uma conjunção coordenativa adversativa, que indica oposição entre duas ideias.
- (D) O termo "**ainda**" é uma conjunção subordinativa concessiva, pois introduz uma oração subordinada concessiva.
- (E) O termo "**acima**" é um substantivo que indica a posição em relação à média mundial.

**22**

Leia o trecho abaixo e analise o uso da crase:

"A população não se sente mais segura e muito menos acha que as coisas estão melhorando. Pelo contrário, não tem dia que as televisões não mostrem a ação dos bandidos assaltando de moto e, o que é pior, atirando e matando sem a menor compaixão, por pura maldade e com absoluto desprezo pela vida humana."

Com base no trecho, assinale a alternativa correta sobre o uso da crase.

- (A) O uso da crase seria obrigatório em "a menor compaixão", pois há uma locução feminina formada por artigo definido e substantivo.
- (B) A crase seria facultativa em "a população", pois o substantivo "população" pode ser usado com ou sem o artigo feminino.
- (C) Se trocássemos a preposição "por" pela preposição "a", termo "à vida" deve receber crase, pois há a fusão da preposição "a" exigida pelo substantivo "desprezo" com o artigo definido feminino "a" que acompanha "vida".
- (D) Não há crase antes de "as televisões" porque é palavra feminina no plural e a regra diz que devemos usar crase antes de palavras femininas no plural.
- (E) A crase não seria utilizada em "a ação", pois o termo "ação" é um substantivo masculino.

**Legislação Estadual****Eduardo Galante****23**

Acerca da Lei Complementar n. 53/2001 – RR, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Roraima, excetuadas as categorias que, por disposição constitucional, são regidas por regime próprio, em especial quanto aos direitos e vantagens, marque a alternativa correta.

- (A) São penalidades disciplinares: advertência, suspensão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, destituição de função comissionada e demissão.
- (B) A responsabilidade penal abrange os crimes, transgressões disciplinares e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- (C) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias e demissão, não podendo exceder de sessenta dias.
- (D) Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes criminais, fiscais e funcionais.
- (E) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.

**24**

Relativamente à Resolução CNJ n. 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, marque a alternativa correta.

- (A) Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a qualidade dos feitos, com base em ações administrativamente corretas, economicamente plausíveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na sustentabilidade, em busca de um desenvolvimento nacional equilibrado.
- (B) As ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas o equilíbrio do consumo, o reaproveitamento e reciclagem de materiais, a renovação dos modelos de padrão de consumo e a análise do ciclo de vida dos produtos e bens.
- (C) As ações economicamente viáveis devem buscar critérios de eficácia contínua dos gastos, levando em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais sustentáveis economicamente (análise custo-benefício) para sustentação da instituição, tendo em vista as inovações nos processos de trabalho e a inovação tecnológica.
- (D) As ações socialmente justas e inclusivas devem fomentar na instituição e em ações internas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio, a sustentabilidade e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado regular com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar.
- (E) As ações culturalmente diversas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

### Legislação Interna

**Eduardo Galante**

**25**

Nos termos da Lei Complementar n. 221/14 – RR, que dispõe sobre o Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, marque a alternativa correta.

- (A) O corregedor-geral de justiça será substituído, em casos de afastamento ou impedimento, pelo desembargador com mais tempo no Pleno do Tribunal, excluídos os que exercem funções administrativas no Tribunal ou que atuam na Auditoria Militar.
- (B) A Escola do Poder Judiciário de Roraima – EJURR é instituição de educação corporativa, mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, com sede em Boa Vista, capital do Estado.

- (C) Os escritórios do Foro Judicial, nos quais tramitam os processos de natureza conciliatória ou judicial, compreendem os Cartórios e Secretarias do Tribunal, das Varas e dos Juízos e os de distribuição, arquivo e administração.
- (D) Considerada a classificação dos escritórios e o âmbito das respectivas atribuições funcionais, duas são as categorias de servidores: servidores estáveis e servidores não-estáveis.
- (E) Os serviços auxiliares da Justiça são constituídos pelos escritórios que integram o Foro Judicial e o Extrajudicial e, bem assim, pelos das secretarias, ouvidorias e corregedorias do Tribunal de Justiça.

**26**

Acerca do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aponte a alternativa correta.

- (A) As comissões permanentes no âmbito do Tribunal são as seguintes: Comissão de Legislação; Comissão de Jurisprudência; Comissão de Avaliação Documental; Comissão de Acessibilidade e Inclusão; Comissão de Segurança Institucional; Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual; e Comissão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário.
- (B) Compete aos juízes de direito das varas judiciais processar e julgar os feitos criminais não compreendidos na competência especial das varas criminais especializadas, bem como dar cumprimento às cartas rogatórias em matéria de sua competência.
- (C) O Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, previsto na Lei Federal n. 12.527/2011, o serviço de recebimento de informações a que alude a Lei Federal n. 13.608/2018, bem como o recebimento de requisição do titular de dados pessoais, previsto na Lei Federal n. 13.709/2018, em conformidade com a Resolução CNJ n. 363/2021, serão exercidos pela Corregedoria.
- (D) As correições são: permanente; precária; ordinária; extraordinária; especial; reservada; remota; por demanda; e por excelência.
- (E) A primeira instância é composta por 39 (trinta e nove) cargos de juízes de direito substitutos e por 26 (vinte e seis) cargos de juízes titulares.

**27**

Nos termos do Código de Ética e Conduta do TJRR, marque a alternativa correta.

- (A) É um princípio e um valor fundamental a ser observado pelos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, no exercício do seu cargo ou função, dentre outros, a imparcialidade político-partidária, religiosa, filosófica e ideológica no desempenho das funções.
- (B) A apuração de infringência aos compromissos e às vedações previstos nesse Código ocorrerá na Câmara de Feitos Correccionais e Disciplinares.
- (C) É compromisso de conduta ética, dentre outros, ser assíduo, resiliente, compromissado e frequente ao serviço, de acordo com o regulamento e regime de trabalho, seja remoto, telepresencial ou presencial.
- (D) Aos servidores do TJRR é vedado praticar qualquer ato que atente contra os compromissos éticos assumidos nesse Código e os princípios e valores institucionais, em especial cometer ou permitir assédio moral e/ou sexual.
- (E) É direito de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, dentre outros, manter imparcialidade, vinculação normativa, obediência disciplinar e independência no exercício profissional.

**28**

Quanto à Resolução TJRR/TP n. 28/2023, que institui a Política de Gestão de Desempenho por Competências e dispõe sobre os procedimentos para avaliação de desempenho, estágio probatório e progressão dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima, indique a alternativa correta.

- (A) O feedback deverá ser realizado de maneira particular, respeitosa, visando o crescimento profissional dos envolvidos e o cumprimento do interesse público.
- (B) As etapas de feedback e inclusão do PDI serão realizadas obrigatoriamente na última segunda-feira do mês de novembro a cada ano, em evento oficial da instituição, com flexibilização das atividades regulares.
- (C) O servidor que discordar do resultado da avaliação pode interpor pedido de reconsideração dirigido ao avaliador, no prazo de 10 (dez) dias contados do feedback de pós-avaliação.
- (D) O servidor que, no desempenho das funções de gestor, não realizar as etapas do Ciclo com sua equipe, terá seu índice de desempenho reduzido em 30% (trinta por cento).
- (E) Da decisão da Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD cabe recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação dos envolvidos, à autoridade competente para a homologação, a qual profere a decisão final.

## Normas Aplicadas ao Poder Judiciário de Roraima

**Eduardo Galante**

**29**

Em conformidade com a NBR ISO 9001, que dispõe sobre os sistemas de gestão da qualidade, aponte a alternativa correta.

- (A) A ABNT NBR ISO 9001 é a versão brasileira da norma internacional ISO 9001 que estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de uma organização, significando, necessariamente, conformidade de produto às suas respectivas especificações e destinações.
- (B) O objetivo da ABNT NBR ISO 9001 é prover confiança de que o seu fornecedor poderá fornecer, de forma consistente e repetitiva, bens e serviços.
- (C) A ABNT NBR ISO 9001 especifica requisitos e condições funcionais para bens ou serviços os quais a instituição está comprando.
- (D) “Conformidade à ABNT NBR ISO 9001” significa que seu fornecedor estabeleceu uma abordagem empírica para a gestão da qualidade e que está gerenciando seu negócio de tal forma que assegura que as suas necessidades estejam expostas, compreendidas, aceitas, atendidas e controladas.
- (E) A referência à ABNT NBR ISO 9001 indica que o comprador tem um Sistema de Gestão da Qualidade que atende aos requisitos dessa norma.

**30**

Relativamente à Resolução TJRR/TP n. 13/2021, marque a alternativa correta.

- (A) O Portal Simplificar fica instituído como ferramenta de controle referentes à Gestão de Processos do Poder Judiciário de Roraima.
- (B) Fica instituído o Programa Simplificar como instrumento que viabiliza o aprimoramento dos processos de trabalho das áreas judicial, fiscal, orçamentária e administrativa do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- (C) O Portal Simplificar fica instituído como ferramenta de publicações referentes à Gestão de Processos do Poder Judiciário de Roraima.
- (D) Fica instituído o Programa Desburocratizar como instrumento que viabiliza o aprimoramento dos processos de trabalho das áreas judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- (E) O Programa Simplificar, junto com a Gestão Estratégica e Política da Qualidade, será o instrumento condutor principal do processo responsável pelo cumprimento da missão e dos valores institucionais do Poder Judiciário de Roraima.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Noções de Direito Constitucional

#### Pâmella Tainá

**31**

Clarisse, numa aula de direito constitucional, perguntou qual a correta classificação da Constituição Federal de 1988, tendo recebido a resposta de que a CFRB/1988 é:

(A) outorgada, histórica, formal e material, rígida, eclética.  
 (B) promulgada, rígida, prolixa, ortodoxa, semântica.  
 (C) escrita, promulgada, flexível, dogmática, eclética.  
 (D) escrita, codificada, dogmática, rígida, formal, eclética.  
 (E) formal, super-rígida, democrática, prolixa, dirigente.

**32**

Um programa humorístico nacionalmente reconhecido por seu formato provocativo decide estreitar um quadro com a imitação caricata do apresentador famoso SS. Nesse quadro, o comediante fazia uma imitação caricata dos trejeitos do citado apresentador, evidenciando uma clara intenção provocativa.

O apresentador SS, descontente com o programa, ajuizou ação requerendo a proibição, argumentando ofensa à sua imagem e ausência de autorização. À luz da sistemática constitucional, é incorreto afirmar que:

- (A) as paródias não são admitidas, exceto se forem verdadeiras reproduções da obra originária.  
 (B) a representação humorística que explora características pessoais de pessoa pública é tutelada pelo direito à livre expressão.  
 (C) a paródia pode adotar um tom exagerado ou satírico, ainda que o apresentador se sinta, de alguma forma, ridicularizado.  
 (D) os limites da paródia são a privacidade e a intimidade daquele cujas características são evidenciadas na apresentação.  
 (E) não se exige o consentimento da pessoa parodiada.

**33**

Péricles e Zeca Pagodinho, amigos de longa data, debatem sobre os remédios constitucionais previstos no ordenamento brasileiro.

Zeca disse que o *habeas corpus* serve para salvaguardar a liberdade de locomoção; que pode ser impetrado, inclusive, de maneira preventiva, de forma individual ou coletiva e que independe de assistência de advogado.

Péricles disse que o mandado de segurança era o remédio constitucional mais abrangente que ele tinha conhecimento, que tutelava direito líquido e certo, mas que precisava de assistência de advogado para impetrar. Disse, ainda, que o MS coletivo tem como legitimados ativos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, organização sindical, o Conselho Federal da OAB e o defensor público geral.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que:

- (A) apenas Péricles está correto.  
 (B) Péricles está integralmente equivocado, e Zeca está completamente correto.  
 (C) Péricles somente se equivocou quanto à necessidade de representação por advogado para impetrar mandado de segurança coletivo.  
 (D) Zeca se equivocou quando disse que é possível impetrar *habeas corpus* coletivo.  
 (E) Zeca está completamente correto, e Péricles só se equivocou quanto aos legitimados ativos do mandado de segurança coletivo.

**34**

Jurandir, prefeito do município Alfa, além de ser casado com Marília, mantém relação de concubinato com Jonatas. Cláudio, filho da vice-prefeita do município Alfa, deseja se candidatar a prefeito nas próximas eleições.

Ao analisar a Constituição da República, é possível concluir corretamente que:

- (A) a inelegibilidade relativa reflexa não atinge Jonatas.  
 (B) Cláudio não pode lançar sua candidatura a prefeito municipal, pois sua mãe já é vice-prefeita do município.  
 (C) para Cláudio se candidatar a prefeito, é necessário o afastamento de sua mãe vice-prefeita nos seis meses anteriores ao pleito.  
 (D) são inelegíveis, no território do município Alfa, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de Jurandir.  
 (E) a inelegibilidade reflexa não se estende aos vices que não tenham substituído ou sucedido o titular nos seis meses anteriores ao pleito.

**35**

O município Gama, vendo a grande incidência de atendimentos de ocorrências pelos bombeiros militares em grandes centros de vendas, editou uma lei obrigando que todos os shopping centers da cidade tivessem um ambulatório ou o serviço de pronto-socorro em suas instalações, devendo ter, inclusive, um médico plantonista e uma ambulância.

A associação dos shopping centers ajuizou ação constitucional alegando a inconstitucionalidade da norma. O Tribunal de Justiça, ao julgar a norma, deve entender que:

- (A) a norma municipal se limitou a tratar sobre a proteção de saúde.
- (B) a lei deve ser considerada inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho e direito comercial e, ainda, há patente afronta ao princípio da livre iniciativa.
- (C) a norma é constitucional, tendo em vista que se limita a legislar sobre assunto de interesse local.
- (D) o Tribunal de Justiça não pode julgar a referida ação, uma vez que compete exclusivamente ao STF julgar ações que tratam sobre a constitucionalidade de leis.
- (E) apesar de a lei tratar sobre matéria de competência privativa da União, deve ser reconhecida sua constitucionalidade, já que a medida é proporcional e visa ao bem-estar da população.

**36**

Após regular aprovação em concurso, dois amigos ingressaram no serviço público, passando a ocupar cargos de provimento efetivo de nível médio. Preocupados com a possibilidade de perda do cargo público, foram informados de que:

- I – somente servidores não estáveis podem perder o cargo.
- II – o servidor estável não pode perder cargo em processo administrativo, ainda que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- III – o servidor estável pode perder o cargo se for reprovado em procedimento de avaliação periódica de desempenho, independentemente de oportunidade de contraditório e ampla defesa.

Está incorreto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**37**

Com relação ao quinto constitucional, é correto afirmar que:

- (A) todos os tribunais que contenham mais de vinte e cinco membros deverão ter, em sua constituição, um quinto dos lugares destinados a membros do Ministério Público e da advocacia.
- (B) os membros do Ministério Público devem contar com mais de dez anos de carreira no Ministério Público, e os advogados devem ter mais de cinco anos de efetiva atividade profissional.
- (C) os membros do Ministério Público e da advocacia devem ser indicados, em lista tríplice, pelos respectivos órgãos de classe.
- (D) os candidatos ao quinto constitucional serão nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) o tribunal formará uma lista tríplice com os membros indicados a compor o quinto constitucional e a encaminhará ao presidente da República para escolha e nomeação.

**38**

O vice-governador do estado Gama é flagrado cometendo crime comum durante o exercício de seu mandato. Segundo as normas constitucionais, o órgão competente para julgá-lo é:

- (A) o Tribunal de Justiça do Estado.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça.
- (C) o Supremo Tribunal Federal.
- (D) o juiz de primeira instância do Tribunal de Justiça Estadual.
- (E) o Tribunal Penal Especial.

**39**

Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário e seus órgãos, assinale a alternativa correta.

- (A) O CNJ é órgão do controle externo do Poder Judiciário.
- (B) O Conselho da Justiça Federal funciona junto aos tribunais regionais federais e tem por incumbência a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.
- (C) Os Tribunais Regionais Federais terão em sua composição um quinto dos membros advindos do Ministério Público e da advocacia e os demais advindos da magistratura de carreira, mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício.
- (D) O STJ é composto de, no mínimo, trinta e três ministros, sendo que um quinto deles são oriundos dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça Estaduais.
- (E) A competência do Tribunal de Justiça Estadual é residual e, sendo assim, será definida pela lei de organização judiciária.

**40**

Ana e Maria, estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito das funções essenciais à justiça. Ao final, concluíram corretamente que:

- (A) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (B) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais comuns à Defensoria Pública e ao Ministério Público.
- (C) o Advogado-Geral da União é escolhido, pelo presidente da República, dentre integrantes da carreira.
- (D) a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio são garantias institucionais dos advogados públicos.
- (E) as procuradorias dos Estados não são responsáveis pela representação judicial e pela consultoria jurídica das entidades da administração indireta das suas respectivas unidades federadas.

## Noções de Direito Administrativo

### Maria Júlia

**41**

O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é um princípio implícito, embora suas aplicações estejam claramente previstas em normas jurídicas. Ele se refere, portanto, às prerrogativas administrativas que conferem à Administração Pública certos poderes para atuar em prol do bem comum.

Conforme destacado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o princípio da supremacia do interesse público está presente tanto na elaboração das leis quanto na sua aplicação concreta pela Administração Pública.

O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado implica que:

- (A) o interesse público secundário sempre prevalece sobre o privado.
- (B) o interesse do grupo social deve ser harmonizado com os interesses individuais.
- (C) a Administração Pública possui prerrogativas especiais para defender o interesse público.
- (D) o Estado não pode atuar unilateralmente em defesa do interesse público.
- (E) o particular pode sempre questionar o interesse público.

**42**

Um agente público anula um ato administrativo que geraria prejuízo ao interesse público sem consultar o Judiciário. Essa ação reflete:

- (A) a discricionariedade irrestrita da Administração.
- (B) a autoexecutoriedade dos atos administrativos.
- (C) a supremacia do interesse privado.
- (D) a relatividade do interesse público.
- (E) a imperatividade limitada dos atos administrativos.

**43**

Em regra, os recursos administrativos possuem efeito devolutivo. Entretanto, em situações específicas, eles podem ter efeito suspensivo. Isso ocorre para:

- (A) prevenir prejuízo de difícil ou incerta reparação.
- (B) garantir que a decisão administrativa seja imediatamente executada.
- (C) permitir que o recurso seja julgado por uma instância superior.
- (D) assegurar a conformidade da decisão com a legislação vigente.
- (E) evitar que o recurso seja julgado antes da análise judicial.

**44**

Imagine que um cidadão teve seu pedido de recurso administrativo negado por não ter efetuado um depósito prévio de valores, exigido pela legislação local. De acordo com a jurisprudência consolidada, essa exigência é:

- (A) constitucional, já que pode inviabilizar recursos infundados.
- (B) facultativa, dependendo da complexidade do caso.
- (C) obrigatória apenas em casos de processos administrativos disciplinares.
- (D) inconstitucional, pois contraria o princípio da ampla defesa.
- (E) válida, desde que não impeça a interposição de recursos.

**45**

Considere o seguinte caso hipotético: uma empresa de transporte de cargas obtém autorização para operar em uma região específica. Após várias fiscalizações, constatou-se que a empresa estava violando os limites estabelecidos. Nesse contexto, a fase de atuação da polícia administrativa é:

- (A) ordem, pois as condições foram previamente estabelecidas.
- (B) fiscalização, pois as infrações estão sendo monitoradas.
- (C) sanção, pois a empresa já foi punida pelas irregularidades.
- (D) consentimento, pois a empresa ainda está operando com autorização.
- (E) investigação, pois ainda se apura a materialidade dos fatos.

**46**

Um órgão público precisa adquirir um imóvel específico devido à sua localização estratégica. Para justificar a inexistência da licitação, é necessário:

- (A) provar que o imóvel possui o menor preço.
- (B) comprovar que não há imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam às necessidades do órgão.
- (C) apresentar uma pesquisa de mercado que confirme a urgência da aquisição.
- (D) provar que o imóvel está em ótimas condições sem necessidade de avaliação prévia.
- (E) demonstrar que o imóvel é o único disponível na cidade.

**47**

Em relação ao foro processual das autarquias federais, as causas devem ser processadas e julgadas:

- (A) na Justiça Estadual, em todos os casos.
- (B) nas Varas Cíveis Estaduais, sem exceção.
- (C) no Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (D) no Supremo Tribunal Federal (STF).
- (E) na Justiça Federal, com exceções como falência e acidentes de trabalho.

**48**

O prefeito de uma cidade contrata uma empresa para realizar serviços de limpeza urbana, mas os valores pagos pela prefeitura são superiores aos de mercado, sem justificativa técnica para essa diferença. Essa ação configura:

- (A) ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- (B) ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- (C) ato de improbidade culposo.
- (D) ato de improbidade por concessão indevida de benefício fiscal.
- (E) ato de improbidade que resulta em enriquecimento ilícito.

**49**

A Constituição Federal de 1988 adotou, como regra, a teoria objetiva na modalidade do risco administrativo. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria objetiva exige comprovação de dolo para o pagamento de indenização.
- (B) A teoria objetiva se aplica apenas às empresas privadas que prestam serviço público.
- (C) A teoria objetiva adotada pela CF/1988 exige a comprovação de culpa por parte do agente público para que o Estado seja responsabilizado.
- (D) O Estado só responde por danos causados por agentes públicos no exercício da função pública.
- (E) A responsabilidade objetiva prevista na Constituição Federal é aplicável a qualquer ato praticado por agente público, independentemente da função exercida.

**50**

João deseja realizar um evento particular em uma praça pública. Para isso, ele solicita uma autorização da prefeitura para que outras pessoas não possam utilizar a praça no mesmo dia e horário. A forma de uso dos bens públicos nesse caso é:

- (A) uso comum.
- (B) uso especial.
- (C) uso compartilhado.
- (D) uso privativo.
- (E) uso restrito.

## Noções de Direito Civil

**Cristiny Rocha**

**51**

Felipe Toledo ingressou com ação judicial na qual o juiz Márcio se deparou com omissão do legislador. Nesse sentido, proferiu decisão judicial com o seguinte conteúdo: “em que pese não existir lei que regule especificamente a matéria, e ainda que exista regra jurídica semelhante que poderia ser aplicada, entendo que a pretensão autoral deve ser regida pelo princípio da razoabilidade e, em uma análise econômica, deve ser aceita, pois promove um melhor resultado para o mercado financeiro”.

Nessa linha, considerando exclusivamente as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, notadamente a disciplina das lacunas normativas (art. 4º), o juiz:

- (A) não deveria decidir no caso de lacuna da lei.
- (B) deveria ter decidido por analogia, mas também poderia ter aplicado o princípio da razoabilidade.
- (C) poderia invocar qualquer um dos fundamentos que listou, já que a lei era omissa.
- (D) poderia utilizar a norma existente para caso semelhante, unicamente.
- (E) poderia ter adotado somente a análise econômica.

**52**

Cíntia Moreira é técnica judiciária e verifica, ao longo da realização do seu trabalho, uma ação judicial que debate a validade da criação de uma fundação. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação não possui personalidade jurídica.
- (B) O ato constitutivo da fundação pode ser testamento, escritura pública ou contrato particular.
- (C) Se seu objeto se tornar impossível durante o processo, ela deverá ser dissolvida e seu patrimônio será incorporado a outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante, se de outro modo não dispuser o instituidor.
- (D) A fundação não poderá constituir-se para fins de atividades religiosas.
- (E) Velará pelas fundações o Ministério Público do município onde situadas.



**53**

Ana Maria Maia se torna membro da associação de literatura moderna, que não possui fins econômicos, mas educacionais e culturais. Ocorre que, durante um encontro, ela se desentende com outro membro que lhe exige cumprimento de metas. Nesse caso, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre associados haverá direitos e obrigações recíprocos.
- (B) Ana Maria poderia ser excluída da sociedade, ainda que sem justa causa.
- (C) A destituição de um administrador é função privativa da assembleia geral.
- (D) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/4 dos associados o direito de promovê-la.
- (E) Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido reverterá aos associados.

**54**

Sobre as disposições do Código Civil a respeito dos bens, assinale a alternativa correta.

- (A) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- (B) Consideram-se bens imóveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (C) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, salvo àqueles destinados à alienação.
- (D) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis.
- (E) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis somente por determinação da lei.

**55**

Sobre os bens públicos, conforme disposição do Código Civil:

- (A) devem ser gratuitos, pois pertencem a toda coletividade.
- (B) devem ser retribuídos por aqueles que deles se beneficiarem.
- (C) serão gratuitos ou retribuídos, conforme disposições de seus administradores.
- (D) serão gratuitos ou retribuídos, a critério dos usuários.
- (E) serão onerosos quando beneficiarem os usuários.

**56**

Aline Feitosa, residente do município X, foi presa em março desse ano, quando assaltava um supermercado na cidade vizinha, o município Y. Atualmente está no presídio do município Z. Nessa linha, conforme as disposições do Código Civil:

- (A) ela possui domicílio necessário no município Y, onde praticou o crime.
- (B) ela possui domicílio necessário onde reside, no município X.
- (C) possui domicílio necessário no município X e Z.
- (D) possui domicílio voluntário no município Z.
- (E) possui domicílio necessário no município Z.

**57**

Considere:

- I – caso fortuito e força maior;
- II – reconhecimento de filho.

De acordo com a classificação do Código Civil, as situações indicadas são exemplos, respectivamente, de:

- (A) fato jurídico *stricto sensu* e ato jurídico *lato sensu*.
- (B) ato jurídico *lato sensu* e fato jurídico *lato sensu*.
- (C) negócio jurídico e fato jurídico *stricto sensu*.
- (D) fato jurídico *stricto sensu* e ato jurídico *stricto sensu*.
- (E) ato jurídico *stricto sensu* e ato jurídico *stricto sensu*.

**58**

Conforme disposições do Código Civil, para a validade do negócio jurídico se requer:

- I – agente capaz.
- II – objeto lícito, possível, determinado ou indeterminável.
- III – forma não defesa em lei.

Estão corretos:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) I e III.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**59**

Lucas realiza negócio jurídico com Lauro, prevendo no contrato que a venda do imóvel de 20 salários mínimos seria válida somente com a celebração do instrumento público. Logo, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) É válido o negócio jurídico, ainda que sem o instrumento, pois o bem é de valor inferior a trinta salários mínimos.
- (B) O instrumento público é de substância do ato.
- (C) Tal negócio é suscetível de confirmação.
- (D) É inválido o negócio jurídico, ainda que feito o instrumento público posteriormente.
- (E) A escritura pública seria indispensável, ainda que não avençada entre as partes, por conta de versar sobre bem imóvel.

**60**

Sobre os defeitos do negócio jurídico, conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (B) O erro prejudica a validade do negócio jurídico ainda quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- (C) Os negócios jurídicos são nulos por dolo, quando este for a sua causa.
- (D) Considera-se coação o temor reverencial.
- (E) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito.

## Noções de Direito Penal

**Carhla Alves**

**61**

O Estado Democrático de Direito jamais poderia consolidar-se, em matéria penal, sem a expressa previsão e aplicação do princípio da legalidade. Nesse sentido, o princípio da legalidade desdobra-se nos seguintes subprincípios, exceto:

- (A) anterioridade da lei (*lege praevia*).
- (B) intervenção mínima (o direito penal deve ser a *ultima ratio*).
- (C) reserva legal (*lege scripta*).
- (D) proibição de analogia *in malam partem* (*lege stricta*).
- (E) taxatividade da lei (ou mandato de certeza — *lege certa*).

**62**

Sobre o conflito das leis penais no tempo, analise os itens a seguir.

- I – A lei penal, em regra, somente se aplica a fatos praticados sob sua vigência (atividade).
- II – A lei penal benéfica (*lex mitior*) retroagirá, atingindo fatos anteriores à sua entrada em vigor.
- III – A lei penal revogada deverá aplicar-se depois de sua revogação, quando o fato for praticado sob sua égide e for sucedida por lei mais gravosa (*lex gravior*).

Está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) todos os itens.

**63**

B.M., na véspera de seu aniversário de 18 anos, insatisfeito com o fato de não ter dinheiro para realizar uma comemoração, subtraiu o aparelho telefônico de Henrique, que transitava normalmente pela rua. No dia seguinte, de forma idêntica, subtraiu o aparelho telefônico de Mariana. Mais tarde, percebendo a desatenção de Rafaela, resolveu subtrair sua bolsa. Todas as infrações foram praticadas nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução. Com base nas informações expostas, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos as infrações praticadas por B.M. receberão a incidência do Código Penal.
- (B) Todos as infrações praticadas por B.M. serão consideradas atos infracionais.
- (C) As infrações praticadas por B.M são exemplos de crime permanente.
- (D) A primeira conduta praticada por B.M. é considerada ato infracional.
- (E) O Código Penal adota a teoria da ubiquidade para definir o momento do crime.

**64**

Após a conclusão do devido processo legal, Juarez foi condenado a pena de reclusão de dois anos por ter praticado o crime de receptação. O tempo de cumprimento da pena começou no dia 5 de março de 2022. De acordo com as disposições penais relativas à contagem do prazo de cumprimento da pena, avalie as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- 1) No que tange aos prazos penais, exclui-se em sua contagem o termo inicial, incluindo-se o final.
- 2) A pena será integralmente cumprida no último minuto do dia 4 de março de 2024.
- 3) Os prazos penais devem ser contados de acordo com o calendário comum.

- (A) Todas as assertivas estão certas.  
 (B) Apenas a assertiva 1 está certa.  
 (C) Apenas as assertivas 1 e 2 estão certas.  
 (D) Apenas as assertivas 1 e 3 estão certas.  
 (E) Apenas as assertivas 2 e 3 estão certas.

**65**

O desenvolvimento de um conceito analítico de crime exige a construção de um sistema penal, com apoio em determinadas teorias. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) No sistema clássico, a culpabilidade tinha a imputabilidade como seu pressuposto.  
 (B) O sistema neokantista adotou a teoria psicológica da culpabilidade.  
 (C) Para os finalistas, a intenção do sujeito somente deveria ser examinada no âmbito da culpabilidade.  
 (D) O sistema finalista adotou a teoria causal ou naturalista da ação.  
 (E) O sistema clássico adotou a teoria normativa pura da culpabilidade.

**66**

Beltrano, servidor público, desempenhava a função de agente auxiliar de controle de arrecadação no Estado Alfa e apropriou-se de R\$ 28,6 mil dos cofres públicos, valor de que tinha posse em razão de seu cargo. Diante da crise financeira enfrentada pelo Estado Alfa, o servidor, com um filho menor de idade que necessitava de cuidados especiais, estava há 8 meses sem receber sua remuneração. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que o servidor atuou sobre o manto do(a)

- (A) exercício regular de direito, excludente de culpabilidade.  
 (B) estrito cumprimento do dever legal, excludente de ilicitude.  
 (C) legítima defesa, excludente de culpabilidade.  
 (D) estado de necessidade, excludente de ilicitude.  
 (E) coação moral irresistível, excludente de culpabilidade.

**67**

Os crimes que atingem a pessoa em seus principais valores estão tipificados a partir do artigo 121 do Código Penal. Assinale a alternativa que contenha apenas crimes contra a pessoa.

- (A) Homicídio, perigo de contágio venéreo e estelionato.  
 (B) Abandono de incapaz, latrocínio e maus tratos.  
 (C) Injúria, perseguição e violação de correspondência.  
 (D) Aborto, invasão de dispositivo informático e latrocínio.  
 (E) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a autotutilização e estelionato.

**68**

Viviane dirigiu-se à empresa Elevamassa Locações de Equipamentos, realizando contrato de locação de um compressor para pintura. Ultrapassado o prazo para uso do equipamento locado, Viviane não efetuou a devolução do objeto, nem o pagamento da locação. A situação caracteriza:

- (A) apropriação indébita.  
 (B) furto.  
 (C) estelionato.  
 (D) usurpação.  
 (E) conduta atípica.

**69**

Determinado funcionário público, ao deixar a repartição onde trabalha, acabou esquecendo a porta aberta. Beltrano, aproveitando-se da situação, entrou rapidamente e furtou alguns objetos. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O funcionário público e Beltrano responderão por furto.  
 (B) Beltrano incorreu no crime de furto, e a conduta do funcionário público é atípica.  
 (C) Os dois devem responder por peculato-furto.  
 (D) O funcionário incorre em peculato culposo, e Beltrano, em crime comum de furto.  
 (E) O funcionário incorre em peculato-apropriação, e Beltrano, em crime comum de furto.

**70**

A Lei n. 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) adota o critério legal. Nesse sentido, não é considerado como crime hediondo ou equiparado:

- (A) racismo.  
 (B) furto qualificado pelo emprego de explosivo.  
 (C) genocídio.  
 (D) epidemia com resultado morte.  
 (E) comércio ilegal de arma de fogo.



# ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



#### FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



#### TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



#### VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



#### TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



#### NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.




#### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora